



**10 DE NOVEMBRO DE 2017**

**Sexta-feira**

- INDÚSTRIA PARANAENSE INOVA, MAS AÇÕES AINDA SÃO PONTUAIS E LOCAIS
- POR VERBA DE SINDICATOS, PAULINHO DA FORÇA RECORRE A LULA
- JOSÉ PASTORE DIZ QUE NOVA LEI VAI REDUZIR MEDO DE CONTRATAR
- COM A REFORMA TRABALHISTA, O QUE É NEGOCIADO VALERÁ MAIS QUE A LEI. E DAÍ?
- A REFORMA TRABALHISTA ENTRA EM VIGOR. MEU CONTRATO DE TRABALHO VAI MUDAR?
- MINISTÉRIO LANÇA CARTEIRA DE TRABALHO ELETRÔNICA OBRIGATÓRIA PELO CELULAR
- ARTIGO: CONTROLES DE FLUXOS DE CAPITAIS
- ENCONTRO BRASIL-ALEMANHA
- REAÇÃO DE PRODUÇÃO E INVESTIMENTO PUXA ALTA DAS IMPORTAÇÕES
- INDÚSTRIA DE MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO PROJETA CRESCIMENTO DE 8% EM 2018
- INVESTIMENTO DE BRASILEIROS NO EXTERIOR CHEGA A R\$ 26 BILHÕES
- REFORMA PODE SER APROVADA DESDE QUE SEJA EXPLICADA DIREITO, DIZ TEMER
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE MANTER CERCA DE 50% DA PROPOSTA ORIGINAL, DIZ MEIRELLES
- RELATOR DA PREVIDÊNCIA CONFIRMA CONTRIBUIÇÃO MÍNIMA EM 15 ANOS
- ARTIGO: REFORMA DA PREVIDÊNCIA E ELEIÇÕES DE 2018
- CONCESSIONÁRIA GERA RECEITAS E EMPREGOS
- ENERGIA E BOTIJÃO DE GÁS LEVAM INFLAÇÃO A ALTA DE 0,42% EM OUTUBRO
- IPCA ACELERA ALTA A 0,42% EM OUTUBRO, NÍVEL MAIS ALTO EM UM ANO, MAS AQUÉM DO ESPERADO

- DÓLAR SOBE ANTE REAL COM MAIOR CAUTELA SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- LUCRO INDUSTRIAL DA SIEMENS CAI ANTES DE ANO COM MUDANÇAS
- VENDA DE CIMENTO NO BRASIL EM OUTUBRO CAI 0,5% SOBRE UM ANO ANTES
- LUCRO DA TATA MOTORS TRIPLICA NO 2º TRI COM FORTES VENDAS DA JAGUAR LAND ROVER
- PRODUÇÃO DE ETANOL NO CENTRO-SUL DO BRASIL DEVE CRESCER 5% EM 18/19, PREVÊ FCSTONE
- VENDAS DE CARROS ZERO PARA O CONSUMIDOR AINDA NÃO SUBIRAM
- CAOA NÃO CONFIRMA, NEM NEGA, COMPRA DO CONTROLE DA CHERY BRASIL
- ROYAL ENFIELD LANÇA DUAS MOTOS DE 650 CC
- BRENO KAMEI ASSUME ESTRATÉGIA DE PRODUTO DA FCA NA AMÉRICA LATINA

CÂMBIO EM 10/11/2017		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,263	3,263
<b>Euro</b>	3,805	3,807

Fonte: BACEN

### Indústria paranaense inova, mas ações ainda são pontuais e locais

10/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Fiep divulgou resultados das Bússolas da Inovação e da Sustentabilidade, levantamento bianual feito com empresas paranaenses do setor produtivo***



A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) anunciou nesta quinta-feira (9) o resultado das pesquisas de inovação e sustentabilidade realizadas com empresas do setor produtivo do estado. O material deve ajudá-las no desenvolvimento de soluções e aperfeiçoamentos das áreas analisadas.

A terceira edição da Bússola de Inovação, como é chamada a pesquisa realizada pela Fiep, contou com a participação de 503 empresas paranaenses de 19 setores,

espalhadas por 91 cidades. O número é 13,8% maior que o da primeira edição da pesquisa, realizada em 2012.

O maior incentivo à participação nas pesquisas é o retorno imediato que a empresa tem. "Ao responder a pesquisa, a empresa recebe um diagnóstico personalizado na hora", explicou Marília Souza, gerente dos Observatórios do Sistema Fiep, no evento de apresentação dos resultados. Esse diagnóstico informa o que a empresa pode fazer para melhorar nas áreas em que teve baixo desempenho e também pode ajudar a validar ações já em curso — ou seja, fornece parâmetros para mensuração.

Para a Fiep, a Bússola de Inovação serve de guia para a proposição de ações, serviços e outras iniciativas capazes de fomentar melhorias dos indicadores nas empresas. Edson Campagnolo, presidente do Sistema Fiep, disse que "estamos preocupados em medir esses indicadores e dar suporte às indústrias para que possam avançar, produzindo itens de maior valor agregado e empregos de maior especialização".

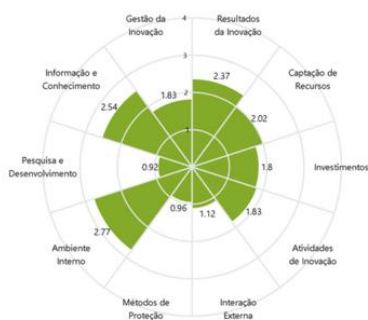
Raphael Naghirniac, responsável pela gerência de tecnologia e inovação na Aker Solutions, disse que a Bússola da Inovação ajuda a identificar pontos "onde você está um pouquinho atrás" para trabalhá-los e melhorá-los.

Elizângela Camargo, responsável pelo sistema de gestão da inovação dentro da engenharia da Renault do Brasil, apontou outra maneira de melhorar: na comparação com outras empresas e a média da indústria. "A questão da colaboração em inovação é muito importante. Às vezes, as empresas não são do mesmo segmento, mas as práticas são comuns e podem ser aproveitadas", complementou.

### ***Inovação além do "raio curto"***

Radar Bússola da Inovação

BÚSSOLA DA  
INOVAÇÃO



Bússola de Inovação - 2017. Realização: Observatórios Sistema Fiep

Fiep/Divulgação

Diferentemente das edições anteriores, nesta a Fiep não deu ênfase a um indicador geral do nível de inovação da indústria paranaense. Os dados foram redesenhados no formato de dimensões a fim de demonstrar com maior precisão o sobe e desce dos aspectos que traduzem a inovação na indústria. De acordo com a assessoria da Fiep, o antigo indicador geral se manteve estável (5,73 de uma escala de 0 a 10), mesmo com a crise enfrentada nos últimos dois anos.

Das 10 dimensões analisadas a partir do agregado das respostas à pesquisa (acima), destaca-se a avaliação do ambiente interno das empresas, a que teve a maior nota (2,77 em uma escala de 0 a 4). "As empresas criam um ambiente interno favorável à inovação.

Elas buscam criar ambiente de parceria, colaboração entre os setores da empresa. Isso traz um resultado bem melhor que a maioria das outras dimensões", explicou Marília. As dimensões de resultados da inovação e informação e conhecimento também tiveram resultados expressivos, com notas 2,37 e 2,54.

As inovações apresentadas pela indústria paranaense, porém, têm um “raio curto”, ou seja, resolvem questões pontuais dentro das próprias empresas, sem encontrar alcance ou apelo em outros locais. O reflexo dessa fraqueza aparece na dimensão pesquisa e desenvolvimento, que apresentou a menor nota entre as dez mensuradas, de apenas 0,92.

Um dos desafios listados pela Fiep para melhorar esse indicador é estimular as empresas ao desenvolvimento de inovações mais abrangentes, que alcancem escala nacional e até mundial.

José Antonio Fares, superintendente do Sesi e IEL e diretor do Senai no Paraná, definiu inovação, nesse sentido, como tal “porque o mercado recebe aquilo e resolve um problema que é meu, é de quem está nos EUA, na China e na Bélgica. [A inovação] Resolve um problema do ser humano”.

Além disso, falou-se de inovação enquanto aprendizado. Marília defendeu que “a gente aprende a inovar. Aprende-se sendo empreendedor, dentro da empresa e em outros locais”.

## Sustentabilidade

Radar Bússola da Sustentabilidade

BÚSSOLA  
da sustentabilidade



Bússola da Sustentabilidade - 2017 - Realização: Observatório Sistema Fiep

## Fiep/Divulgação

Novidade neste ciclo, a Bússola de Sustentabilidade é outra pesquisa, nos mesmos moldes da de inovação. Seu objetivo é traçar um panorama da sustentabilidade na indústria paranaense e apontar caminhos para melhorar este que, na visão da Fiep, é um fator de diferenciação e importante para que as empresas tenham competitividade.

Nesta edição de estreia, 154 empresas de 20 setores, distribuídas em 48 municípios, responderam a pesquisa. Os setores com maior participação foram os de tecnologia da informação (14% do total) e de madeira e móveis (11%).

O grande desafio, segundo Marília, é desmistificar a ideia de que sustentabilidade é um custo que restringe a atuação da indústria e de perfil puramente ambiental. Ela disse que “no imaginário, sustentabilidade é algo que atrapalha o negócio, principalmente em pequenas empresas”, mas que, na prática, a sustentabilidade deve ser incorporada à estratégia das empresas, pois se trata de um fator competitivo importante.

Na mesma linha, Campagnolo ponderou que sustentabilidade, mais do que um olhar às questões ambientais, “é uma gestão que considera outras relações que também são visíveis ao andamento dos negócios”

A Bússola de Sustentabilidade apontou que 27% das indústrias desenvolvem e inovam pensando em sustentabilidade. A preocupação com o tema é mais forte nos processos e relações internos, como no planejamento e gestão de processos — essas dimensões tiveram nota média de 4,1, em uma escala de 0 a 10.

As notas diminuem na medida em que o foco se distancia do núcleo das empresas. Nas dimensões macroambientais (meio ambiente e engajamento local), as mais distantes do núcleo da empresa, foram auferidas as menores notas (1,9 e 2,1, respectivamente).

"Essa ideia, de que sustentabilidade é custo, é uma ideia velha. Sustentabilidade é oportunidade. Ela é boa para os negócios. O desafio é fazer todos entenderem isso", disse Marília.

### **Visualização dos resultados**

A FIEP preparou painéis para visualizar os dados, inclusive com filtros por localidade, porte das empresas e setor, e livros digitais com a interpretação dos resultados das duas pesquisas. Eles podem ser acessados nos seguintes endereços: [bussoladainovacao.org.br](http://bussoladainovacao.org.br) e [bussoladasustentabilidade.org.br](http://bussoladasustentabilidade.org.br).

A expectativa é de que, no futuro, os comparativos e análises decorrentes que hoje são feitas entre as empresas participantes sejam complementados com uma visão temporal. Marília explicou que esses resultados "serão melhor compreendidos daqui a 10, 15 anos, quando houver séries históricas para análises mais complexas".

### **Por verba de sindicatos, Paulinho da Força recorre a Lula**

10/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Com a anuência do presidente da central e deputado federal, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, dirigentes da Força Sindical pediram ajuda ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para aprovar no Congresso uma contribuição assistencial para a sobrevivência de sindicatos no país.

Em dissonância com as centrais, Michel Temer desistiu de propor, por meio de medida provisória, fonte de financiamento de entidades trabalhistas, que deixarão de receber o imposto sindical a partir da semana que vem.

Como a proposta enviada ao Congresso não incluirá a regulamentação da contribuição assistencial – apontada como uma forma de amenizar o impacto da reforma trabalhista nas contas dos sindicatos–, o comando da Força recorreu a Lula.

A pedido do secretário-geral da entidade, João Carlos Gonçalves, o Juruna, foi agendada, então, uma reunião com o ex-presidente na terça (7) para a apresentação de uma proposta pela qual a contribuição é fixada em assembleia.

"Precisamos do apoio de PT, PCdoB e PSOL", justifica Juruna, alegando que parlamentares de esquerda resistem às propostas encampadas pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM).

O presidente da Federação dos Químicos de São Paulo, Sérgio Luz Leite, foi encarregado da conversa com Lula. Segundo ele, o ex-presidente "acha razoável a regulamentação de uma alternativa de custeio".

Nesta semana, filiados da Federação dos Químicos aprovaram em assembleia cobrança de 6% do salário dos trabalhadores da categoria, diluídos em 1% ao mês e com teto de R\$ 45 mensais, a partir de abril de 2018. A intenção é que os acordos coletivos prevaleçam sobre a lei. Mas os sindicalistas reconhecem o risco de a contribuição ser derrubada por falta de amparo legal.

"Estamos contando com a aprovação no Congresso. Mas será uma votação apertadíssima", disse Leite.

O apelo da Força Sindical é para que petistas e CUT participem de negociações no Congresso a partir das regras já aprovadas.

Secretário-geral da CTB, Wagner Gomes diz que os sindicalistas estão em campanha com parlamentares "para tentar quebrar essa visão de que sindicatos só pegam o dinheiro" sem oferecer em troca assistência ao trabalhador.

Bem menos otimista, o presidente da UGT, Ricardo Patah, afirma que, "na pior das hipóteses, as centrais poderão reabrir negociação após posse da nova legislatura".

### **José Pastore diz que nova lei vai reduzir medo de contratar**

10/11/2017 – Fonte: G1

O economista José Pastore, um dos mais respeitados especialistas em mercado de trabalho do país, avalia que a entrada em vigor da nova legislação trabalhista terá forte impacto na geração de emprego, nas relações entre funcionários e empresas e na produtividade da nossa economia.

No curto prazo, vai facilitar a contratação daqueles que já estão no mercado, mas sem carteira assinada. Um contingente de mais de 20 milhões de pessoas na informalidade. As regras mais flexíveis da nova legislação vão permitir que muitos deles sejam legalizados nos seus empregos.

Outro ponto importante, segundo o economista: as empresas terão mais flexibilidade para compor seus quadros de funcionários. Parte será de empregados permanentes, outros poderão ser contratados temporários e por fim um os intermitentes.

"As empresas vão montar uma espécie de mosaico, de acordo com o ritmo e a natureza de suas atividades", afirma ele.

Outro efeito importante para o mercado de trabalho virá do que ele chama de "perda de medo de contratar".

Além dos aspectos apontados acima, que facilitam a legalização de muitos que hoje estão na informalidade, os custos judiciais para quem perder a causa trabalhista (que hoje isenta o trabalhador desse risco) vão reduzir os riscos trabalhistas.

As chamadas "causas banais" tendem a desaparecer, reduzindo os conflitos trabalhistas e desafogando a Justiça do Trabalho.

Segundo José Pastore, os "advogados de varejo" que atuam no mercado de trabalho têm no computador o modelo de ações trabalhistas que usam, independente da situação específica de cada trabalhador que procura a Justiça do Trabalho.

Segundo ele, as demandas trabalhistas tendem a ser mais complexas, ao que efetivamente envolve os direitos do trabalhador. Ele cita estudos que apontam que as empresas têm, por ano, custos trabalhistas da ordem de R\$ 45 bilhões.

As incertezas jurídicas e o potencial de conflito que a antiga legislação possibilita geraram ao longo do tempo o que ele chama de "medo de contratar", que tende a diminuir com a nova lei.

Esse "medo", segundo ele, se deve ao fato de que, hoje, "a empresa só consegue saber o custo efetivo de um empregado quando ele é demitido e se conhece a decisão final da Justiça do Trabalho".

A remuneração por produtividade também vai tornar mais convergentes os interesses de empresas e trabalhadores.



“Tudo isso é produtividade na veia”, afirma Pastore.

## **Com a reforma trabalhista, o que é negociado valerá mais que a lei. E daí?**

10/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

***Um dos pontos centrais da reforma trabalhista é dar mais peso para o que for negociado entre patrões e empregados do que o estabelecido em lei. Entenda por que isso é importante***



Negociado entre patrões e empregados terá mais peso Pedro Serapio / Gazeta do Povo  
Quando o sindicato da sua categoria faz a convocação para a discutir a convenção coletiva de trabalho, você presta atenção em algo além do valor do reajuste salarial? Se não presta, deveria. Caso a reforma trabalhista seja aprovada, o que é negociado passará a valer mais do que alguns pontos que estão definidos em lei. Essa proposta da prevalência do negociado sobre o legislado é uma grande mudança de parâmetro, que já vem sendo alvo de discussões desde o governo FHC, mas agora toma forma.

Pelo texto aprovado da reforma, que entra em vigor no dia 11 de novembro, há 16 itens listados sobre os quais a convenção coletiva tem mais valor que a lei. Entre esses itens, está o banco de horas individual e a mudança do dia de feriado, por exemplo. De outro lado, a proposta aponta 29 itens que não podem ser mudados pelos acordos entre patrões e empregados, com o salário mínimo, férias e licença-maternidade.

De acordo com Marlos Melek, juiz do trabalho e membro da comissão de redação da reforma trabalhista na Câmara dos deputados, o rol do que pode ser negociado é exemplificativo. “Nunca o legislador vai fechar todas as hipóteses da vida”, diz. Já os itens que não podem ser negociados estão em um rol fechado, taxativo. “Tudo que está escrito ali é uma cópia fiel dos direitos do trabalho previstos na Constituição Federal”, diz.

Para o advogado trabalhista Fabiano Zavanella, sócio do Rocha, Calderon e Advogados Associados, ainda que própria Constituição já trate da relevância das negociações coletivas e da liberdade sindical, o fato de a CLT determinar a prevalência do negociado sobre o legislado é importante. “O que acontecia é que muitas convenções chegavam ao judiciários e as cláusulas eram anuladas”, analisa. Para ele, o grande erro do projeto foi delimitar o que pode ser negociado, quando deveria ser o contrário.

Essa é a mesma opinião do professor de direito trabalhista na Universidade Presbiteriana Mackenzie Elton Duarte Batalha. Segundo o professor, o ideal seria simplesmente limitar o que não poderia ser negociado e o restante deixar livre. “A delimitação dos principais assuntos a serem negociados pode causar uma interpretação confusa: e o que não está nem nas restrições, nem nos itens arrolados e liberados? Isso pode cair num limbo e gerar insegurança jurídica”, avalia.

*Dois pontos podem ser negociados individualmente. Saiba quais*

Entre a lista de 16 itens que terão prevalência sobre a lei se estiverem em convenção coletiva, dois dizem respeito a negociações individuais: banco de horas e remuneração por desempenho individual. A remuneração tem a ver com a mudança sobre a concepção de salário. Pela nova regra, patrões poderão pagar 'prêmios' aos funcionários, que não serão incorporados ao salário e não poderão ser questionados posteriormente na justiça.

Já o banco de horas ganha a possibilidade de ter acordos individuais, seguindo as mesmas regras atuais, mas podendo ser compensado em até seis meses. Para o advogado trabalhista Fabiano Zavanella, sócio do Rocha, Calderon e Advogados Associados, esse é um ponto que exige atenção. "No acordo individual é sempre mais complexo encontrar um equilíbrio", pondera.

### ***Sindicatos fortes para negociação***

Segundo Batalha, a prevalência do negociado vai fazer com que os sindicatos tenham força para representar os trabalhadores – o que acaba passando pela questão do fim da obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical. "O trabalhador não vai ficar exposto à negociação direta com o empregador, porque ele vai ser representado pelo sindicato. E o que é mais democrático que isso? Os próprios trabalhadores definindo as regras que vão influenciar a própria vida", argumenta.

A proposta não determina como será a negociação. "A negociação não é padronizada justamente para dar liberdade. Cada categoria vai definir as suas necessidades, porque cada convenção coletiva tem sua especificidade", afirma Melek. Para ele, a lei não pode ser tão abrangente a ponto de contemplar as necessidades de cada profissão, de cada trabalhador.

## **A reforma trabalhista entra em vigor. Meu contrato de trabalho vai mudar?**

10/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

### ***O texto da reforma trabalhista foi sancionado e vai alterar muita coisa na CLT. Saiba como isso vai ser aplicado ao seu contrato de trabalho***



Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

A reforma trabalhista foi aprovada pelo Congresso, sancionada pelo presidente Michel Temer (PMDB). A nova versão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passa a valer no dia 11 de novembro. Mas, o que acontece com os contratos de trabalho que já estão em vigor?

A resposta é simples: eles serão regidos pela nova lei. "Todos os contratos de trabalho serão contemplados pela nova legislação", disse o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, quando a lei foi sancionada. Isso quer dizer que quem já está trabalhando com a carteira assinada e quiser fatiar as férias em três períodos ou negociar um horário de almoço reduzido vai poder fazer isso depois do período de vacância da lei.

O juiz do trabalho Marlos Melek, que participou da comissão de redação da reforma trabalhista e auxiliou no período de adaptação à nova legislação, esclarece que tudo é



explicado por uma regra universal do Direito, que versa sobre direito material. Ou seja: o que aconteceu no passado ainda será regido pela lei antiga, mas o que acontecer a partir do momento em que ela passar a vigorar, será avaliado sob a ótica da nova legislação. No aspecto processual, a nova lei também vai reger os processos que estão em andamento assim que entrar em vigor.

“Nós deixamos claro que os contratos de trabalho vigentes no país serão todos abarcados pela nova lei, para não criarmos no Brasil a situação do ‘contrato novo ou contrato velho’”, diz Melek.

Ele explica que essa medida foi tomada para evitar uma interpretação errada sobre a validade da lei. “Se não, muitos empresários poderiam dispensar os trabalhadores da ‘lei velha’ e contratar outros com contrato novo, pela ‘lei nova’. Para não haver esse perigo, a lei aplica-se a todos os contratos em vigor no Brasil”.

O professor de direito do trabalho da Universidade Presbiteriana Mackenzie Elton Duarte Batalha lembra que atualmente já é considerado fraude trabalhista o fato de demitir um funcionário e recontratar como pessoa jurídica (PJ), caso ele continue sendo tratado como alguém subordinado. “Isso vai continuar sendo fraude. A reforma não muda esse ponto”, diz.

O advogado especialista em relações do trabalho Fabiano Zavanella, sócio do Rocha, Calderon e Advogados Associados, endossa a explicação, mas faz uma ressalva. “É uma alteração do direito material, portanto ela se aplica aos contratos em vigor, mas não vale para os contratos já finalizados”, alerta.

### ***Trabalhador continua protegido***

Esclarecido que a partir do momento que a nova lei entrar em vigor, ela passa a valer para todo mundo, outras dúvidas surgem. A que parece atormentar mais o trabalhador brasileiro é o medo de perder o acesso a parte das verbas rescisórias e seguro-desemprego em caso de demissão.

A nova lei formaliza o acordo na hora de deixar o emprego. Caso o trabalhador queira sair, ele pode fechar um acordo com a empresa. Desse modo, ao invés de sair com as mãos abanando, como ocorre quando o empregado pede demissão, ele poderá mexer em 80% do saldo do FGTS e a empresa pagará 20% de multa rescisória. Esse trabalhador, no entanto, não poderá receber o seguro-desemprego.

O professor Elton Duarte Batalha afirma que, com ou sem reforma, há um princípio que continua valendo: o da proteção. “Em situações que causem dúvidas, o trabalhador terá a interpretação da lei em favor dele”, diz.

Ele explica que o acerto informal da forma como é realizado hoje – em que o trabalhador “pede” para ser mandado embora e muitas vezes aceita devolver o valor da multa rescisória para a empresa – é uma fraude. O objetivo da reforma foi de tornar isso legal, mas com algumas limitações.

“A questão que atormenta os trabalhadores é que a empresa pode forçá-lo a fazer um acordo para ser demitido. Pelo princípio da proteção, ele vai para a Justiça do Trabalho e vai dizer que foi forçado a aceitar o acordo de cessação do contrato, deve apresentar testemunhas e conseguirá provar a situação. Numa situação de dúvida como essa, a tendência do judiciário é de reconhecer o ‘acordo’ como dispensa sem justa causa”, diz.

### ***Precisa atualizar a carteira de trabalho?***

A reforma trabalhista privilegia o negociado em relação ao legislado. Batalha lembra ainda que muitas das mudanças que podem afetar o trabalhador dependem dessa negociação, seja coletiva ou individual. Entre as mudanças negociadas está o intervalo intrajornada – o horário de almoço só será reduzido se você sentar e negociar com

seu empregador. Da mesma forma, outras alterações possíveis, como a troca do dia do feriado, só serão validadas se forem feitas por acordo coletivo. "Ocorrendo negociação e mudança, o recomendado é que seja anotado na carteira de trabalho", diz.

### **Ministério lança carteira de trabalho eletrônica obrigatória pelo celular**

10/11/2017 – Fonte: GS Notícias

O governo fará, provavelmente no próximo dia 21, o lançamento da carteira de trabalho digital no celular. Em entrevista ao Valor, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a inclusão de dados na carteira digital pelas empresas será obrigatória. "Terá a opção de continuar com a carteira convencional, que ele tem apego, mas terá também a carteira eletrônica no próprio celular.

O trabalhador terá acesso a todo o seu histórico, todos seus contratos", disse o ministro. O ministro também informou que, com a carteira de trabalho eletrônica e o sistema Sine Fácil (aplicativo lançado em maio que permite uma série de consultas sobre vagas de trabalho e de situação de pedidos de seguro-desemprego), a partir de janeiro do ano que vem, o trabalhador não precisará mais ir às agências do Ministério do Trabalho para requerer e obter o seguro-desemprego. "Ele será informado", disse.

"Vamos inovar muito nessa questão de digital", afirmou. Ele ressaltou que o governo está fazendo um trabalho bem sucedido de combate a fraudes no seguro-desemprego que já gerou uma economia de "mais ou menos R\$ 1bilhão".

O anúncio da carteira do trabalho digital, previsto para ocorrer no Palácio do Planalto, será feito em um cenário em que o governo quer retomar o debate em torno da reforma da Previdência, que é uma medida impopular. Nogueira destacou que o ministério se manterá concentrado na adoção de medidas ativas de geração e proteção do emprego. No acumulado de janeiro a setembro, foram geradas, liquidamente, 208.874 empregos com carteira de trabalho assinada.

### **Artigo: Controles de fluxos de capitais**

10/11/2017 – Fonte: GS Notícias

A grande crise financeira internacional (GCFI) de 2008 ensejou uma variedade de reações de política econômica, que trouxe novos ensinamentos sobre a "caixa de ferramentas" à disposição dos bancos centrais. No que tange aos mercados emergentes, podemos destacar três áreas particularmente importantes para a economia brasileira: controles de entrada de capitais, intervenções cambiais esterilizadas e reservas internacionais.

Tanto na literatura acadêmica, quanto na comunidade de bancos centrais e em instituições internacionais, como o FMI, há uma visão cada vez mais favorável a controles de entrada de capitais. Hoje, controles como taxa sobre alguns fluxos de entrada de capitais, ou depósitos não remunerados de parte de tais fluxos nos bancos centrais, são considerados instrumentos relevantes de política econômica.

As motivações de tais controles podem advir tanto do objetivo prudencial (mais meritório) de evitar a formação de bolhas especulativas de crédito, ou, mais realisticamente, da tentativa de evitar grandes apreciações da moeda doméstica. Mas nem tudo são flores.

Ainda que controles de entrada de fluxos de capitais tenham se mostrado eficazes em alterar a taxa de câmbio por algum tempo, tal eficácia é, provavelmente, temporária. Afinal, dinheiro é fungível, e quando se taxam só alguns tipos de fluxos, mas não todos, logo surgem estratégias para disfarçar os fluxos de forma a elidir os controles.

Além disso, os controles, quando eficazes, tendem a dificultar o acesso ao crédito das empresas pequenas e médias. Por fim, nota-se também que o receituário prescrito pelo FMI raramente é seguido: "para países cujas moedas estejam valorizadas, onde as reservas sejam adequadas, onde preocupações com o sobreaquecimento da economia impeçam o afrouxamento da política monetária e onde a postura fiscal seja consistente com a macroeconomia e com a trajetória da dívida pública, controles de capitais constituem parte útil da caixa de ferramentas para enfrentar a entrada excessiva de capitais".1.

Em situações especiais, controles de fluxos de capital podem e devem ser usados temporariamente. A experiência brasileira com controles de capitais entre 2009 e 2012 mostrou que tais controles foram implementados enquanto o governo estava empenhado em impor enorme expansão fiscal, justamente o oposto do que deveria ter feito. Ou seja, governos tendem a fazer uso de controles de capitais para evitar o desgaste de outras políticas que seriam mais eficientes, mas trariam elevados custos políticos, como o corte de gastos públicos.

O que dizer das intervenções cambiais esterilizadas, ou seja, a compra ou venda de divisas pelos bancos centrais sem alterar a taxa de juros? As compras esterilizadas de divisas ocorrem normalmente em reação a grandes influxos de capitais. Por exemplo, durante o período 2009-2012, no qual o Brasil impôs controles de capitais, houve também significativas compras esterilizadas de divisas, que redundaram em aumento substancial das nossas reservas internacionais. São várias as motivações para fazer uso de tais compras de divisas.

Há a motivação precaucional de acumular reservas, para fazer frente a eventuais crises cambiais. Tal preocupação era certamente válida em 2003, quando nossas reservas eram muito baixas, mas já não faz sentido hoje, quando detemos mais de US\$ 370 bilhões. Como bem mostrou a experiência brasileira, a preocupação de evitar a apreciação cambial excessiva costuma ser determinante para ensejar o emprego das compras esterilizadas de divisas. Mas, como no caso dos controles de capitais, melhor teria sido apertar a política fiscal.

Vários bancos centrais reclamaram em 2010 que, apesar das intervenções cambiais para fazer frente aos elevados influxos de capitais, formavam-se bolhas especulativas de crédito. Novamente, postura fiscal mais adequada, aliada a medidas macroprudenciais, constituem parte do melhor mix de políticas para enfrentar abundância de fluxos de capitais, como as ocorridas como consequência dos afrouxamentos quantitativos dos países desenvolvidos.

Já as vendas esterilizadas de divisas ocorrem, via de regra, em situações de stress de mercado, com pouca liquidez, muita volatilidade e depreciação rápida, como ocorreu em maio passado quando veio a público a gravação da conversa de Temer com Joesley Batista. O Banco Central normalmente intervém na ponta de venda, via swaps cambiais, que equivalem a vendas esterilizadas de reservas sem, contudo, comprometê-las diretamente.

Usadas esporádica e temporariamente, tais intervenções podem ser um valioso instrumento de política econômica. As reservas internacionais são importantes mecanismos de seguro contra crises cambiais. A reação à GFCI nos ensinou que há grande resistência em perder reservas, ou seja, não parece ocorrer uso muito grande das reservas em situações de crise.

Aizenman e Sun [2009]2 documentam que a maioria dos emergentes não comprometeu mais do que 25% de suas reservas no combate à GCFI. Ademais, no caso brasileiro, mesmo com a queda da Selic, as reservas continuam sendo um seguro exorbitantemente caro.

O caminho mais promissor para aumentar a robustez da economia às eventuais fugas de capitais passa, além do fortalecimento do tripé macroeconômico, pelo aumento da integração internacional. Instrumentos como as linhas de swaps bilaterais e arranjos regionais de acúmulo de reservas devem se somar ao papel fundamental do FMI para prevenir e remediar tais crises.

Em especial, são essenciais as iniciativas de cooperação na regulamentação financeira internacional e na supervisão de instituições financeiras. Em suma, em situações especiais, controles de fluxos de capital podem e devem ser usados temporariamente. Se usadas adequadamente, tais ações pontuais não se chocam com o esforço de tornar o real uma moeda cada vez mais usada para transações internacionais.

1 - Ostry, Jonathan D., Atish Ghosh, Karl Habermeier, Luc Laeven, Marcos Chamon, Mahvash Qureshi and Annamaria Kokenyne. 2011. "Managing Capital Inflows: What Tools to Use?" IMF Staff Discussion Note No. SDN/11/06, em tradução livre de minha autoria. 2 - Aizenman, Joshua; Sun, Yi. "The financial crisis and sizable international reserves depletion: From 'fear of floating' to the 'fear of losing international reserves'". International Review of Economics and Finance, v. 24, p, 250-269, Outubro 2012.

**(Márcio Garcia**, Ph.D. Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente neste espaço).

## **Encontro Brasil-Alemanha**

10/11/2017 – Fonte: GS Notícias

O 35º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), que acontece no Centro de Eventos da Fiergs, nesta segunda e terça-feira, já superou a meta de 2 mil inscrições. Até esta quinta-feira, eram mais de 2,1 mil, e o diretor executivo da Câmara Brasil-Alemanha do RS, Walmor Kerber, projetava mais de 2,2 mil para esta sexta-feira.

Só as empresas alemãs da Alemanha e do Brasil estarão com uma representação de 350 executivos e profissionais. Já a mostra institucional terá 61 empresas e instituições, recorde nos EEBA até aqui. Entre elas, a concessionária Savarauto Mercedes-Benz, que também irá oferecer traslado a palestrantes nos modelos Mercedes-Benz Experience, os carros exclusivos para test drive da marca.

### **O caminhão elétrico**

A mostra do EEBA na Fiergs apresentará ainda o primeiro caminhão elétrico 100% desenvolvido no Brasil, pela MAN-Volkswagen em parceria com a Eletra; e que entrará em testes no começo de 2018. O motor elétrico e o inversor são da também brasileira WEG. Só as baterias não são.

### **Nova loja de tênis**

Instituto Vilaget, de Novo Hamburgo, que une moda sustentável e inclusão social, através da profissionalização de jovens da vila Getúlio Vargas, inaugura, nesta sexta-feira, na Rua da República, Cidade Baixa, sua primeira loja de tênis de Porto Alegre. Até agora, a venda era em feiras e bazares de rua e em eventos itinerantes.

### **Aurora lança azeite**

Cooperativa Aurora, de Bento Gonçalves, está lançando o azeite de oliva extravirgem marca Pequenas Partilhas Meio Dia. Inicialmente com azeite chileno do Vale Maule em embalagem de 500 ml e 15 ml - esta, em caixinha de 12. O azeite é elaborado a partir da combinação das variedades Picual e Arbequina.

### **O patrimônio familiar**

"A família investidora e o family office" é o livro dos sócios da Ineo, Marcelo Ehlers, Antonio Azevedo e Grégoire Orélio, lançado ontem, em Porto Alegre, e hoje, na CIC

de Caxias do Sul. É sobre como perpetuar a riqueza para as gerações seguintes entre famílias empresariais e empresas familiares.

### **Weber Haus lança gin orgânico**

A Destilaria H. Weber, de Ivoti, está diversificando sua produção de bebidas e lançando no mercado um gin orgânico, marca WH 48, com especiarias do Sul do Brasil, infusão única no mundo. É trabalho de dois anos, que resultou em requintada mistura de botânicos, guardada em uma garrafa design elaborada artesanalmente.

Segundo o diretor Evandro Weber, o diferencial está na mistura dos botânicos, que envolve erva-mate, gengibre do Lote 48 e folha de cana fresca, armazenada em barris de madeira brasileira Amburana. O novo produto contribuiu para otimizar a produção da empresa. "Temos um período de ociosidade de 4 meses na destilação da cachaça. Neste intervalo, conseguimos fazer a destilação do gin", destaca.

### **Reação de produção e investimento puxa alta das importações**

10/11/2017 – Fonte: GS Notícias/ Valor Econômico

Abrão Neto, secretário de Comércio Exterior: importação de insumos antecede produção, que também deve reagir. Os dados mais recentes da balança comercial revelam que o ritmo constante de crescimento de importações indica não somente retomada de produção industrial como também de investimentos, segundo avaliação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

Os desembarques de bens intermediários, que representam 60,1% das compras externas totais, cresceram 7,9% em outubro e, no acumulado, 11,1%. Segundo dados do Mdic, cada 3,5% de elevação das importações de intermediários corresponde a 1% de alta da produção industrial. As importações de bens de capital cresceram 18,7% em outubro, sempre pelo critério da média diária.

É o terceiro mês consecutivo de avanço após 14 trimestres seguidos de queda. Abrão Neto, secretário de Comércio Exterior do Mdic, diz que essa correlação deve se manter. Ele lembra que os dados da indústria não indicam atividade no mesmo nível que a compra externa de intermediários, mas a aquisição de insumos antecede a produção física, que também deverá reagir.

"A alta dos intermediários revela um perfil muito saudável do crescimento das importações totais, porque, assim como bens de capital, indicam a retomada da economia", diz o secretário. Abrão diz que o crescimento das importações de intermediários tem acontecido em muitos setores e bens, como adubos e fertilizantes, insumos do setor químico, de plásticos e eletroeletrônicos.

O secretário diz que o ciclo de queda das importações totais brasileiras chegou ao fim, com crescimento das importações em outubro pelo décimo-primeiro mês consecutivo. Os desembarques totais cresceram 14,5% em outubro, com alta de 9,1% no acumulado do ano. José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que na retomada da economia é comum um intervalo entre a alta de importação de bens intermediários e o efetivo aumento de produção física. A fabricante de bens de capital Metalplan está exatamente nesse descompasso entre a alta da importação de intermediários e a produção física.

Edgard Dutra, diretor comercial da empresa, conta que as vendas cresceram em média 20% de janeiro a outubro. A empresa mantém um projeto iniciado em 2015 para substituir insumos importados por itens produzidos internamente. O projeto contempla intermediários que representam 40% do custo de matéria-prima da empresa. Mesmo assim, as importações de insumos da Metalplan neste ano aumentaram em nível acima do da produção.

Os estoques de intermediários da empresa estavam baixos e tiveram que ser repostos, explica Dutra. No caso dos insumos comprados do exterior, porém, os volumes adquiridos costumam ser mais altos para viabilizar melhor preço e menor custo de frete. O estoque de insumos comprados no mercado doméstico, explica ele, duram cerca de um a dois meses.

Já os estoques de matérias-primas e intermediários importados, também pela dificuldade logística e maior demora para viabilizar as compras, duram de quatro até seis meses. Além da importação de intermediários, avalia Abrão, outro sinal de retomada da economia são as compras externas de bens de capital. Esses desembarques cresceram 18,7% em outubro, no terceiro mês consecutivo de avanço. Em agosto as compras externas de bens de capital aumentaram 6,6% e em setembro, 34,5%.

O indicador em alta por três meses consecutivos, diz Abrão, reflete retomada de investimentos. "É uma mudança de tendência importante, embora no acumulado ainda tenhamos queda da importação." Segundo ele, as elevações de compras externas de bens de capital foram percebidas principalmente nas áreas de papel e celulose, geração e transmissão de energia elétrica, produtos químicos, cerâmicos e equipamentos de comunicações, além de equipamentos para transporte industrial.

No acumulado até outubro, a importação de bens de capital cai 15,5%. A expectativa, diz Abrão, é que a tendência de crescimento das importações se mantenha no ano que vem, por conta de esperado crescimento do PIB. Castro, da AEB, tem análise semelhante. "A economia deve crescer e as importações também. O dólar na casa dos R\$ 3,20 também favorece isso."

Ele pondera, porém, que a alta vem depois de grandes quedas de importação e que a base de comparação ainda é baixa. A importação já chegou a US\$ 225 bilhões anuais. No ano passado foi de US\$ 137,5 bilhões e neste ano, calcula, deve ficar perto de US\$ 145 bilhões.

"Em relação a bens de capital, a importação deve crescer com o aumento da confiança na economia", diz Castro. O que pode mudar o cenário no próximo ano, diz, são as eleições de 2018, que podem fazer oscilar o câmbio. Dutra, da Metalplan, também tem receio do efeito que um quadro político extremamente polarizado pode trazer para a economia.

Apesar do crescimento de 20% nas vendas deste ano, há ainda muita cautela, diz ele. O mercado de bens de capital está melhorando, diz, mas ainda há um longo caminho de recuperação. "Para voltar ao nível de vendas de 2013, a produção da empresa precisaria crescer 50% no biênio 2017/2018, calcula. Isso em termos nominais." Por enquanto, a projeção para o ano que vem é de crescimento de 10% nas vendas.

## **Indústria de máquinas de construção projeta crescimento de 8% em 2018**

10/11/2017 – Fonte: GS Notícias/ DCI

***O desempenho pode ocorrer após três anos de forte recessão, informa a Sobratema, entidade que representa os fabricantes. Para 2017, a associação estima queda de 9% das vendas no Brasil***

Os fabricantes de máquinas de construção estão voltando a respirar aliviados. Para 2018, o setor projeta um crescimento de 8% nas vendas, entretanto, o desempenho não reverte as perdas dos últimos anos.

Para 2017, a entidade que reúne os fabricantes - a Sobratema - estima vendas de 7,7 mil máquinas de movimentação de terra, conhecidas como linha amarela. Se confirmado, o resultado significa uma queda de 9% sobre 2016. "Apesar da retração,



entendemos que o setor está no fim de um forte ciclo de recessão", afirmou ao DCI o vice-presidente da entidade, Eurimilson Daniel.

Segundo o dirigente, a principal expectativa dos fabricantes para o ano que vem é a retomada das concessões. "A demanda de máquinas para obras de infraestrutura é o melhor dos mundos, porque o mix de produtos vendidos é completo", explica Daniel, acrescentando que o segmento de habitação, por exemplo, pede máquinas menores.

O mercado de linha amarela no Brasil chegou a vender 30 mil máquinas em 2011, auge da demanda doméstica, quando o País ficou conhecido como um verdadeiro "canteiro de obras". "Todas as marcas queriam estar aqui", relata Daniel.

Porém, com a recessão econômica, a demanda caiu drasticamente. "Hoje, temos uma ociosidade de 30% a 40% da indústria", complementa.

Desde meados de 2010, muitos fabricantes chegaram ao País, mas também foram embora. "Os preços dos produtos estão defasados em 30%. Para voltar a investir, as empresas precisam recuperar a rentabilidade", destaca.

Muitas empresas do setor reduziram fortemente o quadro nos últimos anos, inclusive algumas chegaram a fechar linhas de produção. Porém, de acordo com o dirigente da Sobratema, as multinacionais se reestruturaram para exportar mais, reduzindo o nível de ociosidade das plantas.

É o caso da Caterpillar, maior fabricante de linha amarela do País e do mundo. Em entrevista recente ao DCI, executivos informaram que cerca de metade da produção local é exportada e, para este ano, esse mix "deve ser ainda maior".

Para Daniel, as montadoras fizeram a lição de casa. "Depois de três anos de crise, o setor está mais preparado."

#### Frota envelhecida

O vice-presidente da Sobratema conta que nos últimos dois anos, diante da crise, diversas empresas acabaram vendendo sua frota de máquinas para pagar dívidas. "Nunca se vendeu tantos seminovos no setor", observa Daniel.

Por outro lado, o dirigente pontua que as máquinas vendidas no auge do mercado doméstico, em meados de 2011, estão com um alto nível de depreciação. "Estes ativos acabam se tornando um problema para os balanços das empresas", destaca.

Diante desse quadro, a Sobratema espera que o mercado volte a se aquecer, já que as empresas terão que ir às compras. No entanto, Daniel aponta como principal risco para a retomada do mercado doméstico a falta de obras de infraestrutura.

Ele explica que, há alguns anos, este fator era a sexta maior preocupação do setor. "Hoje, essa condicionante é ainda mais importante do que a taxa de juros. Sem obras, não há compra de máquinas", esclarece o dirigente.

Para ele, as condições do Fname - financiamento de bens de capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - de alguns anos atrás não devem voltar. "O BNDES errou nas taxas de juros, nos subsídios e na escolha das empresas tomadoras do crédito, o que gerou uma dificuldade de pagamento enorme", avalia.

Ele acredita que, de agora em diante, o mercado de linha amarela terá um desempenho mais sustentável. "Estamos voltando ao caminho do crescimento: 2018 deve ser o ano da virada para a indústria", assinala Daniel.

## **Investimento de brasileiros no exterior chega a R\$ 26 bilhões**

10/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Após dois anos de queda, investimento no exterior voltou a crescer em 2017

Os brasileiros investiram cerca de US\$ 8 bilhões (R\$ 26 bilhões) em ativos em carteira em outros países entre janeiro e setembro deste ano, de acordo com o Banco Central. A cifra é diferente dos últimos anos: em 2016, os saques superaram os depósitos em US\$ 400 milhões, e no ano anterior, em US\$ 100 milhões.

A reversão se deve à queda das taxas de juros, segundo Luiz Fernando Castelli, economista da GO Associados.

"As políticas monetárias estão em ciclos diferentes. Aqui é de diminuição de juros, e em outros países, depois de anos de taxas baixas, até negativas, a perspectiva é de alta."

A remuneração no exterior pode até ser próxima da brasileira, mas fora do país não há risco de volatilidade por causa das eleições do ano que vem, diz Silvio Campos Neto, analista da Tendências.

"Lá fora não há opções tão melhores, mas o pleito aqui tem alto potencial de afetar preços de carteiras de ativos."

Buscar remuneração em outros mercados já era a recomendação que os economistas do BTG Pactual faziam aos clientes, mas a circunstância reforçou a tendência, diz Enio Shinohara, sócio do banco.

"Nós os aconselhamos a manter um montante de 20% a 30% em ativos líquidos [com possibilidade de venda rápida] no exterior."

Os investimentos em outros países são mais diversificados que no Brasil, e há chances de ganho em fundos de venture capital ou de hedge. As oportunidades de ganhos não se restringem a renda fixa ou mesmo ações na Bolsa.

## **Reforma pode ser aprovada desde que seja explicada direito, diz Temer**

10/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Michel Temer e ministros durante cerimônia de lançamento do Avançar

O presidente Michel Temer disse nesta quinta-feira (9) acreditar que, desde que seja explicada direito, é possível aprovar a nova proposta de reforma previdenciária.

Na saída de evento no Palácio do Planalto, o peemedebista disse estar animado após ter recebido manifestações de apoio dos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado Federal, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

"Eu acho que há [possibilidade] desde que se explique direito o que é a verdadeira reforma previdenciária e a sua importância. O objetivo dela é combater os privilégios e preservar os mais vulneráveis", disse.

O presidente participou nesta quinta-feira (9) do lançamento do Plano Avançar, que promete investimentos de R\$ 130 bilhões para retomar obras paradas e projetos de infraestrutura até o final do próximo ano, quando acontecem as eleições presidenciais.

Na prática, muitas das obras abrangidas já estavam listadas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), programa dos governos petistas que foi um dos principais alvos do forte contingenciamento de recursos nos últimos anos.

Em discurso, o peemedebista disse que a iniciativa tem como objetivo retomar o crescimento econômico e ressaltou que a gestão peemedebista foi muito contestada no início, mas não se "amedrontou".

"E houve tentativas até de natureza pessoal e moral, extremamente agressivas, e hoje desmascaradas. Agora, as coisas estão vindo à luz", disse.

O presidente chamou de "suposta crise política" as duas denúncias apresentadas contra ele pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot.

"Esses cinco meses foram de muita preocupação e até de suposta crise política", afirmou.

### **Reforma da Previdência deve manter cerca de 50% da proposta original, diz Meirelles**

10/11/2017 – Fonte: G1

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta quinta-feira (9) que o governo deve apoiar a aprovação, no Congresso, de uma proposta de reforma da Previdência que mantenha cerca de 50% do texto original.

Meirelles falou a jornalistas após deixar café da manhã na residência oficial do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para discutir a reforma da Previdência. Participaram do encontro o presidente Michel Temer, ministros do governo, líderes de partidos da base aliada no Congresso e o relator da reforma, deputado Arthur Maia (PPS-BA).

De acordo com Meirelles, o governo não vai abrir mão de manter na proposta alguns pontos, entre eles a criação de idade mínima para aposentadoria, que hoje, no texto, está em 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

#### **VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

O café da manhã desta quinta é mais uma tentativa de Temer de articular a aprovação da reforma da Previdência. O esforço ocorre após o presidente sinalizar, no início da semana, que o governo havia "jogado a toalha" em relação à reforma, o que provocou instabilidade no mercado financeiro.

Depois disso, auxiliares do presidente têm afirmado que o governo não desistiu de aprovar a reforma em 2017, ainda que admitam a necessidade de ceder e deixar o texto mais enxuto para garantir apoio no Congresso faltando menos de um ano para as eleições.

O ministro da Fazenda já havia admitido que o governo poderia negociar mudanças na proposta para reduzir as resistências de deputados e senadores. Porém, é a primeira vez que ele aponta que, com as alterações em negociação, 50% da proposta original deve ser mantida.

Meirelles disse que o texto final da proposta ainda não está fechado e que é alvo de discussão no Congresso, que terá a última palavra. Ele apontou, porém, que, independentemente de qual seja a versão final, é preciso que ela contribua para reduzir o déficit da Previdência e equilibrar as contas públicas nos próximos anos.

Para o ministro da Fazenda, durante a reunião se consolidou o entendimento de que é preciso votar a reforma da Previdência ainda neste ano. Meirelles argumentou que a reforma vai permitir a eliminação de privilégios já que, segundo ele, atualmente as pessoas de maior renda se aposentam mais cedo que aquelas com menor renda.

### **Negociação**

Após o café da manhã, o relator Arthur Maia destacou quais pontos da reforma são ou não negociáveis.

Maia disse estar disposto a retirar do texto as mudanças previstas para a aposentadoria dos trabalhadores rurais e a previsão de tempo mínimo de 25 anos de contribuição para conseguir a aposentadoria - neste caso, continuaria valendo o tempo mínimo atual, de 15 anos.

Entre os pontos que o relator diz não aceitar alterações está a regra de transição do atual sistema de aposentadoria para o novo. O texto da reforma prevê que, após a sua aprovação, ninguém poderá se aposentar com menos de 55 anos, no caso dos homens, e 53 anos, no caso das mulheres. Essa idade mínima vai subir a partir de 2020, na proporção de um ano de idade a cada dois anos, até chegar nos 65 anos para homens e 62 anos para mulheres.

"Tudo isso são propostas que estão na mesa. Mas temos que eleger aquelas que são as mais importantes", disse o deputado.

"Estamos hoje fazendo essa proposta com os líderes para ver o que está criando mais dificuldade para o parlamentar votar. A percepção exata vai acontecer quando os líderes conversarem com a sua bancadas."

### **Relator da Previdência confirma contribuição mínima em 15 anos**

10/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Após reunião com o presidente Michel Temer e parlamentares, o relator da reforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-BA) confirmou que a nova proposta de reforma da Previdência manterá o tempo mínimo de contribuição em 15 anos.

O relatório que havia sido aprovado na comissão previa que fosse aumentado o tempo mínimo de contribuição para 25 anos.

O aumento do tempo de contribuição prejudicaria principalmente as pessoas mais pobres, que têm mais dificuldade de encontrar empregos formais e, assim, contribuir com a Previdência Social. A idade mínima, por outro lado, afeta mais os trabalhadores com maior renda.

Os trabalhadores com salários mais altos têm se aposentado pela regra atual que permite a aposentadoria após 30 anos de contribuição (mulher) e 35 anos (homem). Nessa categoria, não existe a exigência de uma idade mínima.

Além desta mudança, um dos trechos mais criticados do relatório aprovado, Maia afirmou que outros pontos importantes são a retirada de menção à aposentadoria de trabalhadores rurais familiares. Afirmou ainda que o texto não deve mexer nas regras do BPC (Benefício de Prestação Continuada), que é recebido por pessoas deficientes e idosos de baixa renda.

Segundo Maia, também deve haver na nova proposta um dispositivo para que a DRU (Desvinculação de Receitas da União) não atinja as receitas da Seguridade Social. Integrantes do governo que participam das discussões argumentam que a medida não tem impacto fiscal, mas ajuda a enfrentar o discurso da oposição.

Devem ser mantidos no texto —uma versão mais enxuta da reforma, que enfrenta grande resistência do plenário da Câmara e é o principal pilar da agenda econômica do governo— a mudança na idade mínima e a regra de transição.

Quem pretendia se aposentar pelo tempo de contribuição terá que obedecer uma idade mínima que chegará a 62 anos para mulheres e 65 para homens. As idades começarão em 53 (mulher) e 55 (homem) e subirão um ano a cada dois anos, a partir de 2020, segundo o relator.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que também participou da reunião com os líderes partidários na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou esperar que a economia em dez anos chegue a 50% da proposta original, mas não quis falar em números.

Apesar de o relator e o governo continuarem a dizer que do ideal é fazer o mínimo de alteração possível no relatório que saiu da comissão, a expectativa é que os líderes parlamentares peçam mudanças significativas no texto, que depois será apresentado em plenário.

"Nós estamos no meio de um processo negocial no momento", afirmou Meirelles. De acordo com ele e com Maia, não foi acordado na reunião que a reforma será votada. Os líderes teriam apenas se comprometido a conversarem com as suas bancadas durante a próxima semana para negociar uma votação possível no plenário da Câmara, onde a proposta precisa de 308 votos para ser aprovada

## **Artigo: Reforma da Previdência e eleições de 2018**

10/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pedro Ladeira - 19.abr.2017/Folhapress



Cartilha sobre a reforma da Previdência distribuída aos deputados integrantes da comissão especial

O governo Temer entrou em sua fase final. Faltando menos de seis meses para a desincompatibilização de autoridades que concorrerão em 2018, o foco dos políticos está cada vez mais nas eleições e menos na aprovação de uma ampla reforma da Previdência neste mandato. Ainda assim, é preciso discutir a questão, pois a revisão de nosso regime de aposentadorias é inevitável.

Como ocorre em vários países, a queda da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida da população brasileira tornam necessária uma reavaliação de nossas regras previdenciárias.

Ao mesmo tempo, há uma grande injustiça distributiva em nosso sistema, que faz com que servidores públicos se aposentem em condições muito mais favoráveis do que trabalhadores do setor privado.

As principais linhas da reforma devem ser a recuperação da receita do INSS, o aumento do tempo mínimo de contribuição, a fixação de idade mínima para a aposentadoria e, mais importante: o alinhamento entre as regras aplicáveis a trabalhadores do setor público e do setor privado.

Tudo isso já fazia parte da proposta de reforma de Previdência em construção pelo Ministério da Fazenda no início de 2016. Ela foi incorporada pela atual administração, com menos ênfase no aumento de arrecadação.

Até a eclosão das denúncias contra o presidente Temer, em maio, tudo indicava que seria possível avançar no tempo de contribuição e idade mínima.

No caso dos "privilégios adquiridos" por servidores públicos, a resistência usual das corporações de Estado tendia a barrar o alinhamento maior dos dois regimes previdenciários, mas esse é um processo longo.

Hoje, a perspectiva de reforma da Previdência é muito mais incerta, como admitiu o próprio presidente nesta semana. Mesmo que se aprove alguma coisa, provavelmente o próximo governo terá de voltar ao tema.

Nesse caso, como a esquerda enfrentará a reforma da Previdência se vencer as eleições de 2018? A solução não é fazer o discurso equivocado de que não há deficit para, depois da corrida eleitoral, apresentar uma proposta de reforma.

A Previdência tem deficit, e os eleitores merecem um tratamento objetivo dessa questão.

Há várias formas de reformar as aposentadorias, como indica nossa história recente. Por exemplo, depois de perder a votação da idade mínima por um voto, FHC criou o fator previdenciário, o que aumentou o deficit do INSS no curto prazo e não resolveu o problema de longo prazo (mas não conte isso a tucanos).

Lula iniciou seu governo com uma reforma sobre os servidores civis —fixando idade mínima e criando contribuição de inativos— que, apesar de não resolver todo o problema, estabilizou o gasto federal com esses benefícios em proporção do PIB.

Dilma também adotou medidas estruturais, como a criação do fundo de pensão para novos servidores civis, em 2012, e a mudança nas regras de concessão de novas pensões por mortes e auxílio-doença pagos pelo INSS, em 2015.

Mesmo com os avanços dos últimos anos, todos eles nos governos do PT, ainda é preciso fazer mais na Previdência.

Esse assunto precisa ser debatido agora e em 2018, pois parte da atual desconfiança popular nos políticos vem da diferença entre discursos de campanha e medidas adotadas após as eleições.

(**Nelson Barbosa** - Doutor em economia pela New School for Social Research, foi ministro da Fazenda e do Planejamento (governo Dilma).



10/11/2017 – Fonte: G1

### ***Em algumas regiões, o repasse de impostos chega a 63% da arrecadação total do município***



Em 20 anos de atuação nas estradas, a CCR RodoNorte destinou R\$488 milhões de Imposto Sobre Serviços (ISS) para os municípios vizinhos às rodovias. Só em 2016, o repasse foi de R\$ 38,8 milhões que beneficiaram 18 cidades no Paraná. Para o presidente da Associação de Municípios dos Campos Gerais (AMCG), Juca Sloboda, o repasse do ISS é uma grande oportunidade para o desenvolvimento de regiões inteiras.

“Para os pequenos, principalmente, que não contam com grandes investimentos de indústrias e, portanto, não recebem repasses como o ICMS, por exemplo, o ISS faz toda a diferença. É um recurso garantido que pode ser revertido em melhorias para a população”, afirma Sloboda que também é prefeito de Jaguariaíva, uma das cidades beneficiadas pelo ISS da RodoNorte e que usou toda a verba recebida para a construção de uma nova sede.

“O dinheiro para a construção da nova sede da Prefeitura de Jaguariaíva veio integralmente do repasse do ISS da RodoNorte. Em dois anos e meio juntamos o equivalente a R\$ 3,2 milhões para concluir a obra”, completa Sloboda.

Em algumas cidades, o ISS é uma das principais fontes de arrecadação. Confira a representação do repasse da RodoNorte:

- **Imbaú** – em 2016, o município arrecadou R\$2,4 milhões (R\$ 1,7 milhão da CCR RodoNorte)
- **Ortigueira** – em 2016, o município arrecadou R\$8,3 milhões (R\$ 5,5 milhões da CCR RodoNorte, ou seja, 63% da arrecadação total)
- **Tibagi** – em 2016, o município arrecadou R\$6,7 milhões (R\$4,2 milhões da CCR RodoNorte, ou seja, 62% da arrecadação total)

Além da renda direta vinda dos repasses de ISS, a economia das regiões próximas é movimentada por meio dos serviços de manutenção e ampliação das rodovias – que beneficiam o fluxo e o trânsito de muitas cidades – a oferta de serviços auxiliares, como socorro médico e mecânico, que atendem à população residente, e a geração de empregos. De acordo com a concessionária mensalmente, em média, são gerados mil empregos nas diversas obras espalhadas pelas rodovias.

Existem, ainda, as novas empresas e vagas criadas para atender às demandas das grandes obras executadas pela concessionária. Em cada obra de duplicação, por exemplo, 27 empresas satélites prestam serviços como alimentação, transporte, confecção de uniformes, entre outros. Isso tem impacto direto no IDH de municípios pequenos, como Ortigueira.

Apesar de ainda ter o menor IDH da região, de 0,609, a cidade teve uma melhora significativa, visto que em 2000, o IDH era 0,472. “Além desse crescimento

expressivo, sabemos que virão novos avanços para a cidade”, conta Sloboda que espera que esse crescimento alcance, também, todos os municípios da AMCG.

O grande fluxo nas rodovias permitiu também que os municípios se tornassem entrepostos comerciais, que fornecem serviços importantes para a indústria logística, desenvolve gradualmente a região, criando empregos e fazendo girar a economia por receitas indiretas e consumo local.

## **Energia e botijão de gás levam inflação a alta de 0,42% em outubro**

10/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Victor Moriyama/Folhapress



Preço do gás contribuiu para alta da inflação em outubro

Puxada pelo preço da energia e do gás de botijão, a inflação acelerou em outubro, fechando o mês em 0,42%, ante 0,16% no mês anterior. Foi o maior índice desde agosto de 2016.

No ano, o IPCA acumula alta de 2,21%. Considerando os últimos 12 meses, são 2,7%, informou nesta sexta (10), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com novos reajustes de tarifas de energia e combustíveis e o fim da safra de alimentos, a tendência é que a pressão se mantenha em novembro. Ainda assim, o indicador deve fechar o ano abaixo da meta do Banco Central, que é de 4,5%.

Em outubro, o preço da energia subiu 3,21%, diante da adoção da bandeira vermelha nível 2, que acrescentou na conta de luz R\$ 3,50 por cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos para pagar o uso de usinas térmicas.

Já o preço do gás de botijão teve alta de 4,49%, resultado de reajuste de 12,9% promovido pela Petrobras nas refinarias, para acompanhar as cotações internacionais do produto.

Juntos, os dois respondem por 0,17 pontos percentuais da inflação de outubro. levando o grupo habitação a responder por metade da alta, com impacto de 0,21 pontos percentuais.

De acordo com o IBGE, a inflação desse grupo foi de 1,33% no mês, ante queda de 0,12% no mês anterior.

No ano, a energia elétrica acumula alta de 9,27% e o gás, de 12,98%. Os dois itens devem voltar a pressionar a inflação em novembro, já que a bandeira vermelha foi elevada para R\$ 5 por 100 kWh e a Petrobras anunciou novo reajuste no preço do gás, de 4,5%.

Além disso, reajustes tarifários na conta de luz em Goiás, Brasília e na área coberta pela Bandeirantes Energia, em São Paulo, também vão pressionar o preço da energia.

O segundo grupo com maior impacto positivo em outubro foi o de Transportes, com alta de 0,49% e contribuição de 0,09 pontos percentuais, puxado pela alta das passagens aéreas.

Entre os nove grupos pesquisados pelo IBGE, apenas Alimentação de Bebidas (-0,05%) e Artigos de residência (-0,39%) tiveram impacto negativo no mês.

No primeiro caso, foi o sexto mês consecutivo de queda, o que só havia ocorrido em 1997. No acumulado do ano, esse grupo tem queda de 2,02% a maior desde 1994, mas o ritmo de redução já é menor do que em meses anteriores, devido ao fim da safra.

O economista do IBGE Fernando Gonçalves disse, porém, que ainda é cedo para decretar uma mudança de rota na trajetória da inflação.

"Durante o ano todo, a oferta de alimentos foi muito boa, o que ajudou a controlar a inflação. Em outubro, tivemos a energia puxando para cima", comentou ele, alegando que só poderia avaliar um a tendência acompanhando o desempenho nos próximos meses.

A inflação dos serviços teve alta de 0,37% em outubro, menor do que os 0,50% registrados no mês anterior. Em 12 meses, o indicador, vem mantendo trajetória de desaceleração: em outubro a alta acumulada foi de 4,88%, a segunda menor do ano e bem abaixo dos 6,84% registrados em novembro de 2016.

### **INPC**

Também divulgado nesta sexta, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teve alta de 0,37% em outubro. No acumulado do ano, a alta é de 1,62%, ante 6,36% em igual período do ano anterior. É a menor taxa acumulada desde a implantação do Plano Real.

Já o Índice Nacional da Construção Civil teve alta de 0,16%, abaixo dos 0,27% verificados no mês anterior. O custo da construção por metro quadrado subiu de R\$ 1.057,99 para R\$ 1.059,68, sendo R\$ 540,58 relativos a materiais e R\$ 519,10 relativos a mão de obra.

### **IPCA acelera alta a 0,42% em outubro, nível mais alto em um ano, mas aquém do esperado**

10/11/2017 – Fonte: Reuters

Os preços da energia elétrica pressionaram em outubro e a inflação oficial do Brasil atingiu o maior nível em pouco mais de um ano, mas o avanço foi um pouco aquém do esperado e não prejudica a trajetória de corte dos juros básicos pelo Banco Central a mínimas históricas.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou a alta a 0,42 por cento no mês passado, contra 0,16 por cento em setembro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira.

O resultado é o mais elevado desde agosto do ano passado (0,44 por cento), mas ainda assim ficou abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters com analista de avanço de 0,47 por cento.

Com isso, a alta do IPCA em 12 meses chegou a 2,70 por cento em outubro, sobre 2,54 por cento no mês anterior, e contra expectativa de 2,75 por cento na pesquisa. Ainda permaneceu abaixo da meta do governo para o ano, de 4,5 por cento, com margem de 1,25 ponto percentual para mais ou menos.

O IBGE apontou que a principal influência de alta no índice foi a energia elétrica, cujos preços ficaram em média 3,28 por cento mais caros. Isso porque em outubro começou a valer a bandeira tarifária vermelha nível 2, a mais alta.

A energia deve voltar a pesar em novembro, diante de mudanças nas bandeiras tarifárias já aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O aumento de 4,49 por cento nos preços do gás de botijão no mês também pesou no bolso dos consumidores, reflexo do reajuste de 12,9 por cento nos preços refinaria.

Ambos fizeram do grupo Habitação acumular inflação de 1,33 por cento em outubro, depois de recuar 0,12 por cento em setembro. O impacto desse grupo no IPCA todo foi de 0,21 ponto percentual no mês passado.

Já os preços dos alimentos registraram deflação de 0,05 por cento em outubro, sexto mês seguido de queda nos preços. Em setembro, ela havia sido de 0,41 por cento.

“Os alimentos também estão perdendo força e esse parece ser o fim do grande bônus para os preços vindo da superoferta agrícola”, destacou o gerente do IBGE para o IPCA, Fernando Gonçalves.

Mesmo com a tendência de alta no final deste ano, a inflação permanece em níveis bastante baixos e mantém o caminho livre para o BC levar a Selic a mínimas históricas nos próximos meses.

No mês passado, depois de reduzir a taxa para os atuais 7,5 por cento, o BC deixou claro que vai continuar o movimento de queda em dezembro e deixou a porta para continuar no início de 2018.

“Ainda não dá para descartar completamente a inflação abaixo do piso (neste ano), mas está cada vez mais improvável”, disse o analista de inflação da Tendências Consultoria, Marcio Milan, calculando o IPCA a 3,2 por cento no fim deste ano.

“O cenário para o BC continua o mesmo, independente do fechamento do IPCA, ele está olhando as expectativas para 2018 e 2019, e não existe mais chances de a inflação afetar a política monetária no curto prazo”, completou. A Tendências projeta mais um corte de 0,5 ponto e outro de 0,25, com a Selic terminando 2018 a 6,75 por cento.

A pesquisa Focus do BC com economistas coloca a Selic em 7 por cento no fim deste ano e também de 2018, nova mínima histórica, mas já há expectativas de que vá a 6,5 por cento em fevereiro.

## **Dólar sobe ante real com maior cautela sobre reforma da Previdência**

10/11/2017 – Fonte: Reuters

O dólar subia ante o real nesta sexta-feira, com os investidores cautelosos com as negociações políticas do governo do presidente Michel Temer para tentar votar a reforma da Previdência após os conflitos internos no PSDB, legenda que faz parte da base de apoio.

Às 11:05, o dólar avançava 0,32 por cento, a 3,2704 reais na venda, após bater 3,2513 reais na mínima do dia. O dólar futuro tinha alta de cerca de 0,50 por cento. “Esse racha do PSDB prejudica a situação (para a votação da reforma da Previdência)”, afirmou o analista-chefe da corretora Rico, Roberto Indech.

Na véspera, o presidente licenciado do PSDB, senador Aécio Neves (MG), retirou o também senador Tasso Jereissati (CE) do comando interino da legenda. O movimento

se deu num momento de racha interno do PSDB, onde uma parcela dos tucanos, entre eles Tasso, defende o desembarque do partido do governo federal, enquanto uma outra, que tem Aécio entre seus expoentes, defende a permanência.

Nos últimos dias, o governo concentrou esforços para conseguir tirar do papel ainda este ano a reforma da Previdência e já se conformou com um texto mais enxuto. Depois de Temer sinalizar no começo da semana que poderia desistir da reforma, a força-tarefa do governo que se seguiu voltou a trazer o benefício da dúvida aos mercados financeiros, mas sempre com bastante cautela.

Em meio a esse ambiente doméstico, no exterior cresceram as preocupações com a reforma tributária do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Na véspera, os republicanos do Senado apresentaram um plano tributário diferente da versão dos deputados em vários tópicos importantes, incluindo a maneira como tratam a taxa corporativa, a dedução para Estados e as taxas locais, além das estatais.

O dólar registrava leve oscilação ante uma cesta de moedas, mas subia frente a divisas de países emergentes como os pesos chileno e mexicano.

### **Lucro industrial da Siemens cai antes de ano com mudanças**

10/11/2017 – Fonte: Reuters

A companhia de engenharia alemã Siemens divulgou recuo de 10 por cento em seu lucro industrial, queda maior que a esperada e sinalizou um ano difícil pela frente, enquanto reestrutura seus negócios de turbinas e energia eólica.

A Siemens está encolhendo operações conforme busca reduzir a estrutura de seu conglomerado e se reestruturar como uma empresa de softwares industriais. Ela está listando sua unidade de produtos de saúde e colocando seus negócios de energia eólica e ferrovias em joint ventures.

Mas os resultados foram prejudicados pelas grandes turbinas a gás que são cada vez mais indesejadas em um mundo que está se encaminhando para energias renováveis e alguns problemas em uma joint venture de energia eólica Siemens Gamesa.

O lucro industrial foi de 2,2 bilhões de euros para o trimestre encerrado em setembro, abaixo da estimativa média de analistas consultados pela Reuters, de 2,49 bilhões de euros

“Temos que atacar problemas estruturais em alguns negócios individuais”, disse o presidente-executivo Joe Kaeser, nesta quinta-feira. “Há muito trabalho pela frente no ano fiscal de 2018.”

A receita subiu 1 por cento no quarto trimestre da Siemens, para 22,3 bilhões de euros. Os pedidos saltaram 16 por cento, para 23,7 bilhões de euros.

### **Venda de cimento no Brasil em outubro cai 0,5% sobre um ano antes**

10/11/2017 – Fonte: Reuters

A venda de cimento no Brasil em outubro caiu 0,5 por cento sobre um ano antes, a 4,6 milhões de toneladas, informou nesta quinta-feira a associação que representa os fabricantes, Snic.

Na comparação com setembro, as vendas do mês passado mostraram queda de 3,7 por cento.

A expectativa do Snic é que as vendas de cimento em 2017 caiam entre 6 e 7 por cento, ficando estáveis em 2018. No ano até outubro, as vendas de 2017 acumulavam baixa de 6,7 por cento, para 45,18 milhões de toneladas.

Em outubro, três regiões do país apresentaram crescimento nas vendas na comparação com um ano antes, enquanto Norte teve queda de 18 por cento e Nordeste teve recuo de 2,9 por cento. O Sudeste teve oscilação positiva de 0,1 por cento, Centro-Oeste teve alta de 10,4 por cento e o Sul teve alta de 1,2 por cento.

Segundo o presidente do Snic, Paulo Camillo Penna, as vendas de outubro mantiveram ritmo de redução de queda verificado em agosto e setembro.

“Os resultados finais para 2017 devem registrar uma retração em torno de 6 por cento, percentual que está em linha com as nossas projeções, quase metade da queda ocorrida em 2016”, disse Penna em comunicado.

### **Lucro da Tata Motors triplica no 2º tri com fortes vendas da Jaguar Land Rover**

10/11/2017 – Fonte: Reuters

A indiana Tata Motors, quase triplicou seu lucro trimestral, superando estimativas anteriores, impulsionada por vendas maiores de seu negócio da Jaguar Land Rover (JLR).

O lucro líquido do trimestre encerrado em 30 de setembro chegou em 24,83 bilhões de rúpias (382,18 milhões de dólares), ante 8,28 bilhões de rúpias no mesmo período do ano anterior, uma vez que a forte demanda pelo Range Rover Velar e outros novos modelos pressionou o resultado.

Analistas, em média, esperavam um lucro líquido de 14,99 bilhões de rúpias, de acordo com dados da Thomson Reuters.

A JLR, que vem impulsionando os lucros da Tata Motors há vários anos, viu sua margem de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) chegarem a 11,8 por cento durante o trimestre.

As vendas no varejo de suas elegantes concessionárias da Jaguar e dos veículos utilitários esportivos Land Rover aumentaram 5 por cento nos três meses até setembro do ano anterior, à medida que um aumento nas vendas na China ajudou a compensar as menores vendas no Reino Unido.

A maior montadora do Reino Unido, JLR, disse que já está sentindo os primeiros efeitos do Brexit, com os cidadãos da União Europeia exigindo melhores contratos e fornecedores internacionais menos dispostos a se comprometer com o país.

### **Produção de etanol no centro-sul do Brasil deve crescer 5% em 18/19, prevê FCStone**

10/11/2017 – Fonte: Reuters

Atentas à maior competitividade do etanol, as usinas do centro-sul do Brasil deverão destinar maior parcela de cana para a produção do biocombustível na safra 2018/19, resultando em queda na fabricação de açúcar, projetou nesta quinta-feira a INTL FCStone, que divulgou sua primeira estimativa para o próximo ciclo durante evento em São Paulo.

Conforme a consultoria, a produção total de etanol deverá aumentar 5,1 por cento na temporada que se inicia em abril do ano que vem, para 26,1 bilhões de litros, sendo



10,7 bilhões de litros de anidro (alta de 0,1 por cento) e 15,4 bilhões de litros de hidratado, usado nos veículos flex (incremento de 8,9 por cento).

Com efeito, a expansão na produção de etanol será puxada pelo hidratado, uma vez que o concorrente direto da gasolina passou a ser mais atrativo que o derivado de petróleo a partir de agosto, na esteira da nova sistemática de formação de preços Petrobras, atrelada ao mercado internacional.

“A decisão do consumidor ainda deve pender para o etanol. O consumo de hidratado, que se aproximou e passou o do ano passado a partir da segunda quinzena de agosto, deve continuar acima (em 2018)”, comentou o consultor-chefe de açúcar e etanol da INTL FCStone, Bruno Lima.

“Por enquanto, acreditamos na manutenção da política de preços da Petrobras... Seria uma perda de credibilidade muito grande se virmos alguma alteração nisso”, acrescentou, lembrando que o próximo ano é de eleição presidencial.

As projeções da INTL FCStone para produção de etanol levam em consideração um mix de 56 por cento da oferta de cana para a fabricação do biocombustível, maior ante o de 53,4 por cento esperado para o atual ciclo 2017/18.

Na direção contrária, o mix de produção de açúcar deverá cair para 44 por cento, de 46,6 por cento na temporada vigente.

Isso levaria a produção do adoçante do centro-sul, principal região produtora do maior exportador global, a diminuir 5,5 por cento na próxima safra, para 33,3 milhões de toneladas, estimou a INTL FCStone.

Entre as grandes empresas do setor de açúcar e etanol do Brasil estão a Raízen, joint venture da Cosan com a Shell, a Biosev e a São Martinho.

## **MOAGEM**

As usinas e destilarias do centro-sul do Brasil deverão processar 587,5 milhões de toneladas de cana na temporada 2018/19, alta de 0,6 por cento na comparação com as 583,8 milhões de toneladas consideradas para 2017/18, número este que também foi revisado nesta quinta-feira pela consultoria.

Conforme a INTL FCStone, a alta é resultado de melhores tratamentos culturais, com ligeiro aumento de produtividade, embora condições climáticas adversas neste ano impeçam um ganho maior de processamento.

“O TCH (toneladas de cana por hectare) deve ter um ligeiro aumento, em função dos tratamentos, mas anulado pela questão climática”, disse Lima, comentando que apenas para este mês a previsão é de chuvas 1,6 por cento abaixo da média de 10 anos e 5,8 por cento inferior frente às precipitações observadas em igual mês do ano passado.

Segundo a consultoria, a produtividade agrícola em 2018/19 deve ser de 74,9 toneladas de cana por hectare, ante 74,7 t/ha neste ano. O nível de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) deve cair 0,5 por cento, para 135,4 kg por tonelada de cana moída.

## **MUNDO**

A INTL FCStone também elevou sua projeção para o superávit global de açúcar na safra 2017/18, iniciada em outubro, para 2,8 milhões de toneladas, de excedente de 2,6 milhões de toneladas esperado em setembro.

Trata-se do primeiro superávit após dois ciclos de déficit.

Conforme Lima, apesar da queda de produção esperada para o Brasil, o superávit foi elevado graças a produções maiores em países como Índia e Paquistão, além de União Europeia (UE), que deixou de seguir o regime de cotas de produção.

A perspectiva de maior oferta no futuro, com conseqüente pressão sobre os preços na Bolsa de Nova York, tem levado as usinas brasileira a fixarem menos vendas neste ano.

Segundo a INTL FCStone, até este mês as usinas do centro-sul do Brasil haviam fixado 17,9 por cento da exportação prevista para a safra 2018/19, queda de 10,6 pontos percentuais ante a fixação de 28,5 por cento observada há um ano para o ciclo 2017/18.

## **Vendas de carros zero para o consumidor ainda não subiram**

10/11/2017 – Fonte: G1

As vendas de carros zero estão 9,7% mais altas do que em 2016, segundo dados da federação dos concessionários, a Fenabreve, de janeiro a outubro. Mas são os emplacamentos para empresas e frotistas que estão crescendo, e não para o consumidor.

As vendas de automóveis e comerciais leves (picapes e furgões) novos nas concessionárias ainda estão 0,65% abaixo do volume de janeiro a outubro de 2016, somando 1,06 milhão de unidades.

A fatia delas no total de emplacamentos diminuiu de 66,59%, como era nos 10 primeiros meses do ano passado, para 60,31% neste ano.

Já as chamadas vendas diretas cresceram 30,3% no ano, para 702.579 unidades. Isso equivale a 39,69% do total de carros zero emplacados até outubro- há 1 ano eram 33,41%.

"Temos, basicamente, dois grandes movimentos: a renovação de frota das empresas, e a terceirização da frota - as empresas deixam de ser donas dos carros, e quem entra são as locadoras de veículos. Elas é que estão puxando esse movimento de frota", avalia o economista João Morais, da consultoria Tendências.

"As vendas diretas ainda estão elevadas, mas isso é normal. Esperamos que em 2018 a venda no varejo aumente. Isso mostra um poder de compra maior", afirma o presidente da associação das montadoras (Anfavea), Antonio Megale.

### **Força das locadoras**

Megale aponta que o crescimento dos aplicativos de transporte e novos hábitos do consumidor têm impulsionado as vendas para locadoras de veículos.

"O hábito de compra tem mudado. O brasileiro não tinha o hábito de alugar um carro. Hoje, quando ele viaja para outra cidade e precisa de um carro, ele aluga", aponta. "Outro fator são as frotas terceirizadas, como a dos aplicativos de mobilidade. Isso têm gerado vendas para as locadoras."

A Associação das Locadoras de Automóveis (Abla) ainda não divulgou números do ano. Em 2016, no entanto, o número de veículos emplacados e o faturamento caíram, na comparação com 2015.

A terceirização da frota de empresas continuou representando a principal fonte de receita para as locadoras, com 45% de participação no faturamento de R\$ 12,1 bilhões do setor no ano passado.

Morais destaca que as locadoras têm movimentado também o mercado de carros usados. "Parece cada vez mais que começam a investir na venda de veículos como um canal de negócios", diz.

Segundo o economista, essas empresas têm renovado frotas mais rapidamente, colocando à venda modelos com pouco tempo de uso. "Acaba sendo uma opção muito competitiva em termos de preços", completa.

A Abla diz que 11% do total de emplacamentos de carros no país em 2016 foram para locadoras.

### ***Volta do crédito***

Para João Moraes, no entanto, a leve queda que as vendas ao consumidor ainda apresentam no ano não invalida a recuperação da indústria automotiva.

"Isso não enfraquece a percepção de que o setor automotivo está em processo de recuperação, e não só pelas exportações. O financiamento para compra de veículos subiu 17% no ano, comparado a 2016", destaca. "É claro que este dado também inclui o financiamento de usados. Mas significa que o consumidor (de carros) voltou para o mercado."

No entanto, continua sendo mais difícil conseguir crédito agora do que no auge das vendas de carros, no início da década, observa Moraes. "Está voltando em condições menos favoráveis do que no passado, principalmente em relação a prazo e entrada."

Ele lembra que antes se financiava em 72 meses, sem entrada "e com banco público atuando com bastante força". Com a crise econômica e a forte inadimplência, a partir de 2012, a oferta de financiamento passou a cair.

"Agora ele volta a crescer com prazos menores e mais exigências. Mas isso confere sustentabilidade ao processo, dá confiança. Essa recuperação veio para ficar."

## **Caoa não confirma, nem nega, compra do controle da Chery Brasil**

10/11/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo Caoa pode ser o novo controlador da Chery no Brasil, que no início de outubro colocou oficialmente à venda por US\$ 64 milhões pouco mais da metade do controle de sua fábrica de Jacareí (SP), onde produz veículos desde 2014.

Segundo informações publicadas pelo site InfoMoney na tarde da quinta-feira, 9, a Caoa deve anunciar "nas próximas horas" a compra de 51% da operação brasileira da montadora chinesa.

Indagado sobre a veracidade da notícia, Mauro Correia, presidente da Caoa, não confirmou nem negou a informação: "Não temos nada sobre isso, não é assim", limitou-se a dizer o executivo em rápida declaração à **Automotive Business**.

Solicitado a dizer se estava claramente negando o negócio, desconversou: "Não falamos, quando for o caso divulgaremos", disse.

Outra fonte consultada horas antes também não negou a transação e colocou mais

expectativa no ar, ao dizer: "Não sei, melhor perguntar para o Mauro (Correia) na segunda-feira (dia 13)".

Faz sentido, pois está previsto que a Chery deve anunciar na China no próximo sábado, 11, ainda durante a madrugada no Brasil, a proposta de compra vencedora que foi oficialmente entregue no último dia 7 de novembro, prazo limite estabelecido pela empresa chinesa para receber ofertas pelo controle da operação brasileira.

Segundo corretora da cidade de Wuhu que negocia as ações da Chery na China, a oferta pretendida de pouco mais de US\$ 64 milhões foi recebida, mas o nome do comprador não foi divulgado.

A negociação entre Chery e Caoa já teve algumas idas e vindas. Entre o fim de 2016 e começo de 2017, as duas empresas discutiram a aproximação, mas encerraram as conversas sem chegar a entendimento.

Com vendas de apenas 3 mil carros de janeiro a outubro, em distância abissal da capacidade de 150 mil veículos/ano da fábrica de Jacareí, os prejuízos acumulados da Chery no Brasil vêm crescendo ano a ano desde 2012 e a matriz decidiu arrumar um sócio controlador para tentar recuperar o negócio.

A principal vantagem da associação com a Caoa será aproveitar a experiência de um dos maiores conglomerados de concessionárias do País, que administra quase duas centenas de revendas da Hyundai, Ford e Subaru, além de fabricar sob licença modelos da coreana Hyundai em Anápolis (GO) há 10 anos. A Chery, que já teve 108 lojas no País em 2011, hoje mal chega a 20 pontos de venda e não encontra novos grupos interessados em representar a marca.

Não fica tão claro, no entanto, qual será a vantagem da Caoa em investir no controle da fábrica da Chery no Brasil, pois passaria a administrar duas plantas com enorme índice de ociosidade, mais de 90% em Jacareí e perto de 70% na linha de Anápolis, capaz de montar 80 mil unidades/ano.

Mas com a Chery poderia acrescentar à sua lista produtos com boa relação custo-benefício, como o Celer hatch e sedã e o subcompacto QQ já produzidos no País, além de três novos SUVs que estão nos planos para entrar em produção durante 2018, os Tiggo 2, 7 e 9.

## **Royal Enfield lança duas motos de 650 cc**

10/11/2017 – Fonte: Automotive Business



A **Royal Enfield** apresentou no Salão de Motocicletas de Milão (Itália) a Interceptor 650 e a Continental GT 650, dois novos modelos que utilizam um motor bicilíndrico de 47 cavalos, recém-lançado pela empresa. A fabricante deve começar a vendê-los no Brasil em 2018.

Tanto a Interceptor como a Continental GT apostam no estilo retrô. São feitas na Índia pela Eicher Motors, empresa que adquiriu a marca inglesa nascida em 1901. O novo motor de dois cilindros utiliza comando único no cabeçote e aciona oito válvulas. O projeto das duas motos é bastante convencional, algo fácil de ver pelo chassi tubular e pelas suspensões dianteiras e traseiras.

A Royal Enfield começou a operar no Brasil este ano por meio de subsidiária e tem apenas um ponto de venda, na zona sul da cidade de São Paulo. Por enquanto está trazendo três modelos equipados com motor monocilíndrico de 500 cc.

## **Breno Kamei assume estratégia de produto da FCA na América Latina**

10/11/2017 – Fonte: Automotive Business



Breno Kamei é o novo diretor de estratégia de produto para a FCA

Breno Kamei é o novo **diretor** de estratégia de produto da **FCA Fiat Chrysler** para a América Latina. O executivo passa a ocupar o cargo no lugar de Carlos Eugenio Dutra, que anuncia sua saída após 38 anos dedicados à empresa.

“Vamos nos dedicar a uma nova fase de inovação de produtos, com grande foco em conectividade, dando continuidade ao pioneirismo da FCA na introdução de novas tecnologias na América Latina”, afirma em nota o novo diretor.

Formado em Administração e Marketing, Kamei possui MBA em Administração de Negócios pela Universidade de Beijing, na China, em um programa conjunto com a Fordham University, dos Estados Unidos.

O executivo está no grupo desde 2003, quando iniciou sua carreira na área de marketing. Posteriormente, se transferiu para a Iveco, do Grupo CNH Industrial, irmão da FCA, retornando à divisão de automóveis em 2012, para atuar na área de portfólio de produto. Em 2015, foi nomeado gerente de portfólio global de produtos para a América Latina, com base em Detroit, nos Estados Unidos.